

## “Gota de óleo num balde d’água”

Se há alguns anos as travestis eram consideradas por muitos (as) como lideranças pouco qualificadas do movimento LGBT ou ainda como facilmente cooptáveis por outros sujeitos daquele movimento, nos momentos estratégicos em que sua exuberância estética e intrepidez mostravam-se convenientes, esta não é uma realidade que se mantém. Com discursos cada vez mais qualificados que incorporam reflexões teóricas e políticas, temperadas pelos preciosos conhecimentos oriundos, algumas vezes, da “universidade da calçada”, elas exercem seu protagonismo político, tecem análises sobre identidade, o próprio movimento LGBT, as políticas públicas, o Serviço Social e o cenário mais amplo da sociedade brasileira, com autonomia. Foi o que vimos durante a rica entrevista com Majorie Marchi, cofundadora da Associação das Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (ASTRA-Rio) e atual trabalhadora dos Centros de Referência de Promoção da Cidadania LGBT que compõem o Programa Estadual Rio Sem Homofobia.\*

*Por Andressa Pilar, Maria Elizabeth Freire Salvador e Guilherme Almeida\*\**

### **Um pouco da história de vida**

Eu sou carioca, tenho 37 anos, neta de alemão com descendentes de escravos mineiros. É engraçado como minha vida é toda uma pororoca: é um encontro de várias coisas. Eu sou uma pororoca dos gêneros, eu sou uma pororoca inter-racial, intersocial. A minha origem é de encontros. Sou filha de uma mulher negra, que vem de uma família abaixo da linha da pobreza, que se esforçou muito para se formar pedagoga e casou com um filho de alemães, vindo do Rio Grande do Sul, de uma classe média alta e aquela história de clichê de novela: que para viver aquele amor com aquela mulher negra, fora dos padrões estéticos de cor da tradicional família gaúcha, ele perdeu todo o *approach* que tinha de “menino classe alta” e foi por isso que precisou trabalhar na Kibon. Ele falava que todo trabalho é digno, mas

.....  
\* Entrevista realizada na sala de trabalho da mesma no Centro de Referência da Capital.

\*\* Andressa Pilar é graduanda em Serviço Social pela FSS/UERJ e bolsista PET (Programa de Educação Tutorial) do MEC/SESu; Maria Elizabeth F. Salvador é assistente social, professora assistente da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM); Guilherme Almeida é assistente social e professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ).

trabalhou até se formar em botar palito de picolé, que era um trabalho manual. É mais ou menos essa a minha origem.

Fui criada na Penha, subúrbio do Rio de Janeiro. Eu não nasci no município do Rio, eu nasci na Maternidade de Duque de Caxias (RJ), fui criada na beira da Favela do Grotão, na divisa do Grotão e da Vila Cruzeiro. A minha origem (diferente da minha família por parte de mãe, que convivia mais próxima) era de uma classe pobre entrando para a classe média: aquela classe pobre que a filha podia fazer aula de balé, que podíamos fazer aula de inglês, que estudávamos em escola particular, mas tudo com muita luta, com muito sacrifício, minha mãe e meu pai trabalhando muito.

Então, eu sempre fui muito precoce. Com 12 anos, eu comecei a minha modificação corporal. Aos 13 anos, eu tava pronta e já saía de casa. Então, foi muito complicado, até por conta da divisão que se dava dentro da minha família: meu pai sempre foi muito tranquilo, foi meu ponto de apoio, mas, em contrapartida – para uma família de classe muito pobre, negra, vinda do interior de Minas Gerais – ter um homossexual negro na família era um problema.

Ter um homossexual travesti – na visão deles – era o que de pior você podia ter dentro de uma família. Porque é bem posto que as pessoas aturem um bandido, um filho bandido: você vai visitá-lo ou não vai. Você tem desculpa, ele pode ter matado trinta... uma filha travesti – na vaga que ela mora com a colega – você não vê mãe nenhuma visitar. Então, é muito ruim. E o pior de tudo, é por ser um fenômeno precoce. Eu tenho muito respeito pelo meu pai e por ele ter bancado, assumido e dado esse suporte e aquilo acabava sendo um complicador, não só da minha relação interpessoal com a minha mãe (que já era péssima, por conta dela também ter esse pensamento), mas por conta do meu pai vir me proteger, o que acabava com a relação interpessoal dele com os outros familiares, como a minha mãe. Ele acabava se tumultuando também e a casa virava um campo de guerra.

Acredita que lá em torno de 1982, eu não sabia o que era a palavra *travesti*? Naquele momento, a palavra *travesti* entrou na minha vida. Era homem vestido de mulher. Ocorreu assim, num baile de travesti e com aquele padrão de qualidade (uma parecia uma Miss Brasil, uma mulher alta, linda, diferente das demais, com seios)... aquilo não era um homem. E aquilo me perturbou a semana toda. Quando eu vi, eu falei: “– Ah, quer dizer que aquela ali e as outras também foram assim?!” Foram. “– Ah, eu posso também ter seios e tudo... porque isso é tão...” Pode. “– Claro: por isso que eu não sou igual aos outros, eu quero ser igual aquela dali, é isso ali que eu sou! Eu quero virar mulher”. Porque, naquele primeiro momento, era o “virar mulher”. Eu não quero me vestir como mulher, não me bastava, não me completava, não era isso. *Eu queria virar mulher.*

### **Sobre ser travesti e o movimento de travestis e transexuais**

Ser travesti hoje, para a Majorie, é você ser uma segunda identidade de gênero feminino. É diferente daquela época em que a travesti estava totalmente associada à figura da mulher. Hoje, a minha visão de travesti é uma visão de identidade constituída, posta em sociedade, independente, que comunga com a mulher no gênero feminino, mas é outra *vibe*, outra história. Eu vejo nas meninas a vontade de

serem *travestis*, e aí vem o papel do movimento e das pessoas que vêm lutando... é a grande vitória desse barato. Não é uma lei, não é um Decreto, não é uma Portaria. Durante muitos anos, as pessoas queriam ser “quase mulheres”, ser “mulher do Paraguai”, mas ninguém queria esse nome “travesti”. E veja as meninas hoje: se orgulhando e se identificando como travesti, é tipo... a redenção! É resgatar aquela ferida que *tava* quase apagada: eu tenho que lutar contra as outras pessoas que avacalharam a terminologia. A terminologia identifica, ela pauta a minha diferença para com a mulher. E é essa a travesti de hoje.

As/os transexuais são muito mais aceitos pela simplicidade da proposta deles/as. Qual é a proposta da transexualidade? A migração. É nada mais do que uma migração: eu vou migrar de um negócio para outro. Já quando a gente é travesti – principalmente com um discurso social como é hoje – é muito mais caótico, não estamos falando de migração, eu estou falando de rasgar o que foi dito até hoje e começar a escrever de novo: “– *Pera* aí, vamos começar com gênero. Não foi nada disso que foi dito, que foi escrito. Vamos começar a rever e acabar com esse binarismo. Não existem só homens e mulheres.” É essa a *vibe*.

Não estamos inventando: as pessoas existem bem antes dessa sociedade brasileira ser como ela é hoje. No passado, já existia vestígio de pessoas travestis, pessoas transexuais, tanto femininas quanto masculinas. Então, em algum momento, por uma questão exclusivamente religiosa, essas pessoas foram banidas e sufocadas durante séculos e aí, nas décadas de 1960 e 1970, esse movimento volta a ganhar uma força. Mas isso me preocupa, porque parece que travestis e transexuais são fruto dos anos de 1960/1970: travestis e transexuais são identidades que sempre foram postas em sociedade.

A ASTRA vai fazer praticamente dez anos, oito anos formalmente. Dois anos foi o tempo que a gente ficou se entendendo: se ia mesmo enveredar pelo caminho da ONG, com CNPJ, mas a gente ainda era muito resistente a esse modelo, até por ser uma fragilidade nossa naquele momento: a gente acreditava que não ia dar conta, que não ia saber gestar um projeto, não ia saber prestar contas. Então, não tinha muito o porquê de querer se organizar, porque tinha medo. Era mais fácil que uma Secretaria [governamental] nos desse um evento, que nos desse os panfletos e preparasse as licitações para nós. Isso assustava muito e aí a gente tinha uma resistência a isso.

### **As experiências de discriminação**

A discriminação está de todas as formas. Eu acho que tudo que a gente desconhece, tem discriminação. Hoje eu já entendo que é problema da cabeça dos outros, uma criança não vê assim, né? Eu me lembro de que eu, com 7, 8 anos, chorava todo dia, pedindo para acordar normal. Eu era uma criança precoce, mas sempre fui muito inteligente, sempre gostei de analisar as coisas. Qual era o problema? Todo mundo era normal, quem não era normal, era eu. Todo mundo seguia o padrão do que é certo, só quem não era, era eu. Até porque, naquele momento, você não conhece pares, o fenômeno e a aberração está restrita a você. Você é aquela aberração. Num segundo momento, lá na frente, quando você começa a encontrar pares e entender aquilo que você vivencia, eu acho que parte dessa culpa (ou quase toda

ela) vai embora. Mas, naquele momento – enquanto criança – isso é muito cruel, ela não consegue entender e se pergunta: “– Por que eu sou assim? O que eu faço pra mudar?” Tem criança que pira, porque trava uma cruzada interna contra si mesma: “– Eu tenho que mudar”, “– Eu vou conseguir”, “– Se eu não tô conseguindo, é porque eu não tô me esforçando o suficiente”. E ela vira seu próprio algoz, como em algum momento eu fui.

Acho que tive a influência muito grande da questão inter-racial na concepção da minha identidade. Acaba sendo diferente de todas as outras minorias: a ala jovem LGBT não é incentivada pelos pais na sua potencialidade. Mas, por outro lado, meu pai sempre falava comigo. Quando eu tava com meu pai, parecia que as outras pessoas pensavam: “O brancão comeu a empregada da casa dele”. E eu sempre aprendi que eu não tinha que ter vergonha (da minha raça), eu não devia ter vergonha por isso, que eu não era menos por isso. Minha mãe era uma mulher negra, guerreira, que estudou, se formou e eu tinha que me orgulhar dela. Ser dondoca em família de ouro era fácil. Meu pai sempre teve esse discurso.

Ninguém tem culpa de nascer negro, eu não tenho que ter vergonha disso, ninguém tem culpa de nascer pobre. As pessoas não têm que ter vergonha disso, tenho que tentar ser o melhor que sou dentro disso. Por que é que eu nasci *assim*? Eu também não tenho culpa, eu também não pedi. E eu, por azar, ainda fui negro e travesti e as pessoas acham que é diferente, porque você sofre um racismo dentro da raça. Isso é outra coisa: às vezes, muito mais cruel do que o racismo do teu par, porque aí você fica sem lugar no mundo, você é uma gota de óleo num balde de água. Era muito forte, era muito, de verdade: eu não podia ser outra coisa. Quando eu comecei a testar os limites, as pessoas já me identificavam pelo feminino. Quando testei esses limites, minha mãe – ela era terrível – me dava uma coça todo dia.

Discriminação, você lida muito bem com ela. Discriminação? Eu passo desde a hora em que eu saio de casa, até chegar aqui e aprendo a desenvolver mecanismos para que ela não influencie tanto no meu dia e no meu psicológico. A discriminação até dentro do movimento LGBT é saudável e é reflexo da pluralidade do ser humano. O que me incomoda dentro do movimento LGBT é a *cafetinagem política*, que a travesti e a transexual que sai da rua, onde “Oh coitada, sou alforriada e vou pro movimento social”. Alforriada o cacete! Nada... Às vezes vem até pior, que tem consequências no plano macro.

Ainda hoje, as travestis e transexuais são apenas – dentro do projeto da cidadania LGBT – as justificativas. Sabe, se o movimento LGBT fosse um projeto, travestis e transexuais estariam na justificativa. Sempre como objeto de estudo, sempre se utilizando da deficiência nesse movimento. Quando eu falo desse movimento, eu estou me incluindo, é sempre importante dizer. Quem são os gays no movimento LGBT? A gente tem empresário, tem político, tem acadêmicos a rodo, de todas as áreas, temos médicos... Quem são as lésbicas? Segue quase o mesmo perfil. Quem são as travestis? Só as coitadas da rua, não tem outra e quem deixou de ser coitada foi nesse processo... e aí o pessoal fala: “– Ah, tem a Janaina Dutra, advogada, travesti no Brasil”. Para! Janaína Dutra virou travesti já com a carteirinha de advogada na mão, ela não reflete a realidade. Janaina é legal, guerreira, uma pessoa importante, mas não me vem vender esse peixe, porque não tem.



**A relação entre as políticas públicas e o público LGBT**

Eu acho que na questão travesti e transexual, as políticas públicas avançaram muito mais do que a questão LGBT como um todo. Mas também não avançou muito, porque a negativa de direitos neste caso, por outro lado, era muito maior. Acredito assim que, mesmo que nos próximos dez anos a gente continue avançando nas políticas para TTs (Travestis e Transexuais) – mesmo assim –, não vai conseguir equiparar a situação com a do pleito dos gays e das lésbicas.

As políticas públicas para travestis e transexuais avançaram, mas ainda refletem aquela essência de que falei no quadro político do movimento dos travestis e transexuais. Eu sei explicar a minha condição de “fruto social” de forma comum, porque como qualquer outra travesti da rua, eu poderia. Eu acredito que o movimento das travestis e transexuais ainda está muito parecido com a voz das meninas da rua. Eu acho que com o acúmulo que essas pessoas têm, com essa trajetória que tiveram até aqui, já era para estarem em outro patamar.

Eu não posso permitir que o meu discurso como liderança esteja no mesmo ponto de reflexão do das meninas da rua: lógico que elas vão estar mais bélicas, lógico que elas vão cobrar mais, lógico que elas vão ver as políticas públicas com uma distância muito maior do que eu, que estou dentro delas. Se você não avalia o que está sendo feito, se não propõe e se não monitora aquilo que foi proposto e articula para que aquilo se realize, então você não vai ter políticas públicas que são o produto final desse fluxo.

Algumas políticas públicas que existem hoje foram fomentadas por alguns parceiros. Você não vê o nome social? O nome social é tudo de bom, foi uma coisa que foi imposta pelo movimento social, mas não foi articulada e organizada por esse movimento. Seria uma injustiça com a Iracy Gallo que, em 2008, era secretária de Educação do Estado do Pará e foi a primeira a botar no papel esse “nome social”<sup>1</sup>. Isso foi fantástico pra gente, não só do ponto de vista da regulação, mas como indicador de como essa temática é em sociedade. Nos outros estados – eu vi – foi quase um efeito dominó, que veio parar até aqui no Rio, onde as pessoas não ouviam isso e ainda foi difícil aqui no Rio de Janeiro (porque, engraçado, o Rio é muito legal para umas coisas, mas para outras, internamente, é muito difícil). A gente finalmente conseguiu que fosse implementado aqui também e foi bacana ver a sociedade tendo outra visão.

Quando eu falei que não vi nenhum líder evangélico fazendo isso, porque poderia ter sido dito por eles: “– Estão botando os travestis na escola com as nossas crianças”. Eu pensei: eles vão se posicionar em cima disso, o Kit Gay<sup>2</sup> ficava pequeno perto disso... Kit gay, distribuir? Se distribuir um panfleto na escola, gera rejeição... se eu fosse da oposição, essa é a primeira coisa que eu ia falar, ia pegar a primeira

<sup>1</sup> Majorie se refere à Portaria 16/2008 da Secretaria de Estado de Educação do Pará, assinada e publicada pela então Secretária Iracy de Almeida Gallo Ritzmann em 10 de abril daquele ano. A Portaria estabelece que “todas as unidades escolares da rede pública estadual do Pará passarão a registrar no ato da matrícula dos alunos, o pré-nome social de travestis e transexuais”. A esse respeito, conferir a *página eletrônica* [www.direitohomoafetivo.com.br](http://www.direitohomoafetivo.com.br). Infelizmente, não foi possível localizar informações a respeito da Portaria tanto no site do Diário Oficial do Pará quanto na da Secretaria de Estado de Educação em busca efetuada em 15 de dezembro de 2011.

<sup>2</sup> Kit gay – termo jocoso utilizado pela ala evangélica da Câmara para denominar o material impresso que seria distribuído pelo Ministério da Educação nas escolas públicas e que conteria material educativo anti-homofobia para crianças de 7 a 10 anos.

travesti que está na classe de alfabetização, alegrinha, ia colocar essa pessoa dentro da escola e ia colocar uma foto de uma criança indefesa no jornal, ao lado dela. No dia seguinte, ninguém – nem a minha mãe – ia querer aquilo lá. Minha mãe ia achar um absurdo. E não teve isso, eu fiquei tentando entender esse fenômeno: por que não teve resistência dos evangélicos fundamentalistas. Não teve, porque na verdade era besteira eles pararem para enfrentar uma coisa que já existe, pois até para me atacar, meu nome, *Majorie*, é legítimo. Não tem como dissociar essa imagem. Então é uma bobeira, porque não cabe mais a eles discutir, é uma coisa que, regulamentar ou não, não faz diferença para eles. Por isso falamos que até separar das demandas LG (Lésbicas e Gays) seria interessante, porque todas as questões e demandas da comunidade TT estão ligadas à identidade ou nascem na identidade. Acredito que seria interessante separar, porque acho que a gente não iria encontrar a resistência que encontra no coletivo por conta de outras coisas. Eu faço esta reflexão aqui e fico muito mal vista.

Teve a votação da PEC na ALERJ e todo mundo ficou me perguntando a respeito e recomendei às travestis que não fossem porque está na hora de a gente começar a pensar essa parceria do movimento LGBT com o movimento dos travestis e transexuais. Um grupo de militantes se articulou com o deputado Gilberto Palmares para mudar a Constituição Estadual e incluir a expressão “orientação sexual”. Beleza! A gente apoia e aí quando isso está sendo posto, está sendo construído, a gente não está lá, mas quando vai para a votação dizem: “– Ah, a proposta é do movimento LGBT”. Como do movimento? E a identidade de gênero, onde ela está lá? Não está. Então, não vamos. Quando vieram me perguntar, respondi: “– O que está falando? De orientação sexual? A minha é heterossexual. Até apoio, mas é uma luta de vocês, a minha está coberta pela Constituição Estadual. Eu sou heterossexual. Quando for pra LGBT, aí tem que entrar a ‘identidade de gênero’, aí eu vou entender o por que estou dentro da luta, o porquê de parar uma tarde de trabalho minha e estar na ALERJ e gritar”. Porque eu vou utilizar os meus parceiros da ALERJ pra fazer o nome e para a aprovação? Ah, lembraram da travesti quando precisaram de massa pra gritar na ALERJ?

### Quanto ao Serviço Social...

Se eu fosse falar para profissionais de Serviço Social hoje sobre algumas preocupações que deveriam ter ao atender travestis, ressaltaria a necessidade da procura de informação, porque o que eu vejo na maioria desses profissionais não é uma negativa, não é homofobia. Tem à beça a homofobia, mas no geral, eu não vejo isso. O que eu vejo – que é tão comum em várias outras categorias profissionais – é a falta da formação específica pra agir naquele tema. A gente teve até uma reunião no Centro de Referência LGBT em que eu falei: “– Olha, os nossos profissionais são instrumentalizados, mas a gente precisa dar uma injeção de fluxo, porque eu sei quem é a Fulana, eu sei como vive e tudo. Mas, na hora de atender, no dia a dia, eu não consigo dar um atendimento de excelência, porque eu não sei da Fulana além daquele conceito macro: não sei como ela se porta como indivíduo, como é aquele fluxo individual”. Pra mim, é necessário comparar com o fluxo coletivo, para poder entender e traçar metodologias de atendimento específico para aquela pessoa. Na verdade, não

é uma crítica ao profissional, é uma crítica até aos setores de formação desse profissional: da necessidade de proporcionarem dentro da formação ou nos projetos de extensão, a possibilidade de instrumentalizarem mais esse/a profissional para que ele/a possa ter uma atuação mais qualificada, porque a atuação deles/as é qualificada dentro do que foram preparados/as pra fazer. Mas o mercado hoje, a profissão hoje, pede outro tipo de profissional, que vá um pouquinho além daquela formação tradicional e que seja mais sensível. Acho que é uma formação mais focada na sensibilidade.

Eu já tive o prazer de trabalhar gerenciando muitas assistentes sociais, mas nada me trouxe tão próxima da pauta e do trabalho, da atuação da assistente social, do que o contato com os estudantes de Serviço Social. Eu acho que ali é o grande barato, que é o contato com o Serviço Social tradicional, mas com a visão que os estudantes traziam de contestação, de crítica até daquela formação que lhe é dada: beber dessa fonte deles, trocar com eles, pôde me proporcionar até tornar-me a profissional que sou hoje, capaz de gerenciar melhor os profissionais dessa área: pedir mais, saber como, quanto gerenciar, instrumentalizar, tirar mais do que você pode dar, *mais do que você sabe que pode dar...*

### Considerações finais...

A Majorie é só o cavalo<sup>3</sup>. Ah, mas você fala de você na terceira pessoa? Sim, porque eu me vejo como um cavalo: eu me vejo como o instrumento de um coletivo. Eu me vejo só *Majorie* quando eu estou com o Felipe [meu marido], na minha casa, lá eu sou única. Mas, quando estou aqui, quando estou numa mesa, eu não sou única, viro uma terceira pessoa, porque tem muitas pessoas ali juntas, naquela identidade. Como as outras não vão ter aquela oportunidade, a Majorie – naquele momento – é a Ana, a Grelúcia, a Margareth, é a Joana... é todo mundo. Então, não tem como falar como “eu”, porque senão fica pretensioso. Não é o uso da terceira pessoa que fica pretensioso: falo na terceira pessoa porque tem mais gente atrás de mim. Se eu falar “eu”, vou invisibilizar tantas pessoas... aí é que é pretensão. Assim, é uma honra para as travestis e transexuais do Rio de Janeiro poderem participar dessa revista, porque acredito que há alguns anos, seria impossível que as travestis e transexuais pudessem contribuir para uma publicação acadêmica sem ser no papel de objeto de estudo. Quero agradecer não só pela Majorie, mas pela *Majorie* enquanto representativa de todas as outras travestis, muitas delas que não iriam entender a importância de estarem aqui, mas a gente agradece pelo carinho.

<sup>3</sup> Termo utilizado em algumas religiões de origem africana para designar pessoas que deixam, em alguns momentos, as entidades espirituais falarem e agirem através delas.